

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT11.023

O RECONHECIMENTO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL ATRAVÉS DOS MAPAS TÁTEIS

Cristiane Barbosa da Silva¹

RESUMO

Este trabalho surgiu a partir da necessidade de adaptar o conteúdo Formação Territorial do Brasil para estudantes de baixa visão ou cegos. Neste sentido, o ensino das transformações espaciais brasileiras iniciadas no século XVI é ilustrado em diferentes mapas temáticos. No entanto, estudantes cegos só conseguem fazer a leitura dessas ilustrações quando são produzidas em alto relevo e com texturas distintas. Desse modo, o objetivo foi elaborar mapas táteis que representem a temática escolhida. Para isso, foram georreferenciadas imagens dos mapas temáticos, extraídas do Atlas Histórico Escolar, de diferentes séculos no software livre QGIS. Em seguida, foram impressos em papel A1 para criar os moldes de cada classe da legenda dos mapas. Posteriormente, esse resultado dessa pesquisa inclui a contextualização do uso dos seguintes instrumentos pedagógicos produzidos no formato tátil: O espaço geográfico antes da colonização (mapa 1), Brasil no século XVI (tratado de tordesilhas e os diferentes usos da terra (mapa 2)), Brasil no século XVII (exploração de madeira, monocultivo, pecuária, mineração e drogas do sertão (mapa 3) e bandeirismo apresador (mapa 4), Brasil no século XVIII (bandeirismo de contrato (mapa 5)), Brasil no século XIX (diferentes polos econômicos (mapa 6)). Além disso, todos os moldes utilizados para construir as diferentes classes de uso, de cada mapa temático, são disponibilizadas

¹ Professora Substituta do Colégio de Aplicação da UFPE - PE e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE, cristianebarbosa2@yahoo.com.br;

no texto, ilustrando as suas respectivas dimensões para que outros docentes possam produzir seus próprios materiais táteis e facilitar o processo de ensino e aprendizagem de estudantes cegos ou de baixa visão.

Palavras-chave: linguagem geográfica, cartografia inclusiva, ferramenta pedagógica, geografia, aprender com o tato.

INTRODUÇÃO

A Geografia como componente curricular da Educação Básica oferece oportunidades para que o/a discente possa compreender o mundo em que vive. Sobretudo, através das relações entre as ações humanas construídas nos diferentes territórios (Brasil, 2022, p. 359). Essa aprendizagem ocorre através da utilização de diferentes instrumentos pedagógicos como livros, vídeos, fotografias, mapas, gráficos, tabelas, aulas-campo, entre outros.

O uso de diversos instrumentos pedagógicos nas aulas de Geografia facilita o desenvolvimento do pensamento espacial. Especialmente, para compreender a localização e a distribuição dos variados fenômenos que compõem o espaço vivido. Nessa perspectiva, a compreensão da formação territorial do Brasil nas aulas de Geografia permite que o/a discente possa ampliar o entendimento da formação do próprio país como Estado - Nação.

Promover a compreensão das transformações espaciais que deram origem ao recorte espacial denominado Brasil pode ser feito por dois caminhos: a) **perspectiva geográfica baseada na visão estadocêntrica** - a qual demonstra a construção do Estado explicada pela evolução das fronteiras políticas. Estas limitadas à dimensão territorial. Ademais, essa visão reconhece os interesses, os objetivos dos colonizadores europeus, sobretudo, portugueses e minimizam o papel dos povos originários (Carvalho; Teodoro, 2024). Essa perspectiva “favorece a compreensão parcial da realidade” (Carvalho; Teodoro, 2024, pág. 3); b) **perspectiva geográfica crítica** - nesta reconhece o legado dos povos originários na formação territorial do Brasil, através da incorporação de palavras que representam símbolos e significados na linguagem (cocar, tietê, sucuri e pitanga), na representação das feições (caatinga e rio Aquidauana (rio estreito)) e recortes espaciais (Manaus, Maceió e Camaragibe). Portanto, é imprescindível recorrer à literatura que discorre sobre os anos iniciais do Período Colonial (Carvalho; Teodoro, 2024).

De acordo com Brasil (1988), a educação é um direito social garantido na Constituição Federal. A qual destaca a necessidade de uma educação que permita o desenvolvimento e garanta a igualdade de oportunidades para todos e todas (Brasil, 1988; pág. 168). Portanto, a elaboração de mapas táteis permite incluir e facilitar a aprendizagem de estudantes cegos e/ou com baixa visão. Fato este que atende os preceitos da Declaração Universal de Direitos Humanos (Nações Unidas, 1948, artigos 1º, 26º) que afirma que todos são iguais em dignidade e direitos. Neste sentido, o uso da linguagem do tato permite essa inclusão.

Abordar o reconhecimento da formação territorial do Brasil com estudantes cegos apresenta alguns desafios, sobretudo, para a quantidade de materiais necessários à adaptação. Nesta perspectiva, Rita e Alievi (2025) destacam a importância dos recursos cartográficos convencionais e outros dados da natureza espacial como desafios no processo de adaptação dos recursos didáticos e dos procedimentos metodológicos. Neste sentido, a adaptação da linguagem cartográfica visual para uma linguagem cartográfica tátil garante o acesso ao conhecimento cartográfico de todos os discentes.

Neste contexto, a inclusão de estudantes cegos ou de baixa visão nas aulas de Geografia atende à necessidade de reconhecer a diversidade, através de práticas inclusivas, da adaptação de materiais pedagógicos e que respeite a dignidade humana através de uma educação de qualidade que atenda as necessidades dos/das discentes (Unesco, 1994).

Uma educação geográfica de qualidade deve reconhecer os princípios geográficos. Segundo Brasil (2018), existem sete princípios para Ensino Fundamental: analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem. Este último “refere-se ao modo de estruturação do espaço de acordo com as regras da própria sociedade que o produziu” (Brasil, 2018, p. 360). Por isso, para abordar o conteúdo Formação Territorial do Brasil para turma de 7º Ano é necessário admitir que ocorreram diversas transformações espaciais, notadamente em função da incorpo-

ração de diferentes usos da terra, implantadas durante mais de cinco séculos de ocupação e exploração.

O reconhecimento dessas transformações desenvolve o raciocínio espaço - temporal, promove condições para que os/as estudantes compreendam, interpretem e availem os significados das ações realizadas no passado e no presente no território brasileiro. Neste sentido, o objetivo foi elaborar diferentes mapas táteis que representem as transformações espaciais e temporais no territorial brasileiro.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos para elaboração deste artigo incluem 3 etapas: pesquisa bibliográfica, pesquisa sobre materiais táteis e uso de geotecnologias para produzir os mapas táteis.

Na primeira etapa as atividades consistiram num aprofundamento teórico sobre a legislação de ensino, metodologias de ensino da Geografia para inclusão de estudantes cegos e/ou de baixa visão nas atividades pedagógicas de Geografia.

Na segunda etapa foram definidas as feições que seriam representadas nos mapas táteis. Para isso, foi utilizada imagem do Atlas Histórico do Brasil, disponibilizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV(1998), especificamente a figura que ilustra os povos americanos. Ademais, foram utilizados os mapas sobre “Brasil: economia e construção dos espaços geográficos nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX (Adas; Adas, 2022; pág. 21e 23), bandeirismo apresador no século XVII e bandeirismo minerador e de contrato no século XVIII (Adas; Adas, 2022; pág. 22).

A terceira etapa configurou-se no uso de geotecnologias para vetorizar os mapas que permitem a compreensão das transformações espaciais no Brasil e suas diferentes territorialidades. Essa etapa foi realizada no software livre QGIS, onde as imagens dos diferentes mapas (FGV, 1998; Adas; Adas, 2022) foram georreferenciadas e vetorizadas. Para adicionar coordenadas geográficas as imagens obtidas nas obras da FGV (1998) e de

Adas e Adas (2022) foi utilizado o arquivo no formato shapefile do limite territorial do Brasil disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017).

Os mapas vetorizados no QGIS foram salvos no formato JPG. Destaca-se que cada imagem (JPG) do mapa vetorizado apresenta no canto superior esquerdo todas as informações do referido mapa, na metade centro/superior da mesma imagem aparece o limite atual do Brasil e na metade centro/inferior do mesmo arquivo são ilustrados os diferentes usos da terra que foram adaptados no mapa tátil. As imagens da metade centro/superior e da metade centro/inferior possuem a mesma escala de impressão. Essa estratégia foi adotada para garantir o encaixe dos polígonos de uso da terra sobre o limite do país. Esse procedimento foi adotado para os diferentes mapas adaptados para a linguagem tátil.

Posteriormente, as imagens foram impressas em papel tamanho A1. Em seguida, os mapas impressos foram recortados e utilizados como moldes durante o corte dos materiais de diferentes texturas. Além disso, os títulos e as legendas dos mapas táteis foram providenciados no formato tinta e com uso do Código Braille. Salienta-se que a informação em braille foi adicionada em folha acetado transparente e colada sobre a legenda e título no formato tinta. Ademais, os mapas táteis foram apresentados para docente cega e para estudantes cegos e/ou com baixa visão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO ANTES DA COLONIZAÇÃO

A compreensão da formação territorial brasileira perpassa pela entendimento de que existiam povos originários antes da chegada do colonizador em 1500. Neste sentido, para facilitar a aprendizagem da temática pelos discentes do 7º ano do Ensino Fundamental optou-se por começar pela explicação de que o território conhecido atualmente por Brasil já era ocupado pelos povos originários. Usando como recurso

didático inicial o mapa da **População antes da conquista**, produzido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (1998). Ilustrando, com base na Figura 1A. Os dados desse mapa permitiram demonstrar, através da versão tátil, que os povos Tupi e Jê estavam bem distribuídos por todo o território. Além disso, na atual Região Norte foram encontrados registros dos núcleos iniciais dos Tupi, da cultura Santarém/Tapajó e da cultura Marajoará.

Por outro lado, na Região Sudeste a presença de sambaquis, ilustrada no mapa, permite fazer inferências quanto às características de algumas comunidades indígenas litorâneas. Destacando a forma como esses grupos se relacionavam com a natureza e o choque cultural quando tiveram contato com os invasores no início do século XVI. Nesta perspectiva, os estudos de Afonso (2017), Parméra (2020) e Crossa (2023) fornecem dados para maior compreensão sobre os registros desses sambaquis.

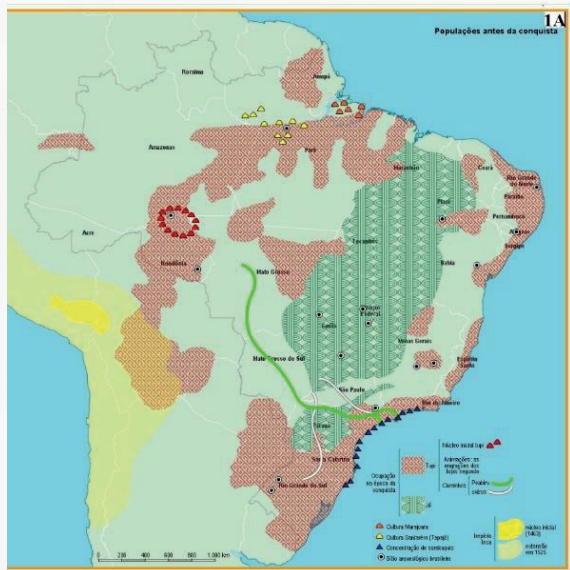
Carvalho e Teodoro (2024) discutindo a importância dos povos originários e sua participação na formação do território brasileiro destacam que

os esforços acadêmicos na identificação e localização dos diferentes povos, no resgate das suas lutas e trajetórias permite um vislumbre do papel desempenhado pelos povos originários na formação territorial do Brasil (Carvalho; Teodoro, 2024, p.4).

Desse modo, é função central da aula de Geografia, durante a abordagem dessa temática, destacar que a ideia de Brasil centrado numa perspectiva da concepção jurídico-política do território é uma versão simplificada. Pois, é essencial superar essa simplificação estatal – nacional e reconhecer as diferentes territorialidades, notadamente aquelas construídas e transmitidas através da oralidade pelos povos originários. Nesse contexto, as descobertas dos sambaquis, entre outras evidências, têm contribuído para o entendimento de que a ocupação do país é bem antiga. De acordo com Melatti (2007), os sambaquis do litoral, Região Sudeste, têm idade superior a 7.000 anos. Essas informações permitem admitir que o Brasil tem a dimensão de Estado e, também, tem a dimen-

são simbólico-cultural que majoritariamente tem sido deixado de lado (Haesbaert, 2021).

Figuras 1A, 1B e 1C – O espaço geográfico brasileiro antes da colonização
População antes da conquista **Versão vetorizada**



Fonte: FGV (1998).



Fonte: Silva (2025).

Versão tátil



Fonte: Silva (2025).

O ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO A PARTIR DA COLONIZAÇÃO

Com a divisão do mundo conhecido no século XV, entre Portugal e Espanha, a consequência para os povos originários foi a perda de seu território e autonomia até mesmo do seu próprio corpo nos anos posteriores (Carvalho; Teodoro, 2024). A partir do século XVI, principalmente no litoral brasileiro, onde a atuação dos portugueses e de europeus de outras nacionalidades (francesa, holandesa, entre outros) favoreceram a redução da população indígena no litoral, a escravização de povos originários que foram obrigados a trabalhar, especificamente, na monocultura de cana-de-açúcar nas capitanias de São Paulo e Pernambuco (Carvalho; Teodoro, 2024).

Nesse cenário, no início do Período Colonial, a extração do pau-brasil, o cultivo da cana-de-açúcar, a exploração comercial do tabaco e a pecuária eram as principais atividades econômicas no domínio português (Figura 2A). Em função das áreas ocupadas por esses usos (Figura 2A) foram feitos alguns ajustes: inicialmente, o contorno do atual limite do Brasil (Figura 2B) foi suavizado no mapa tátil (Figura 2C). Essa suavização foi necessária porque a espessura do barbante utilizado para definir o limite do país, na escala de impressão adotada, não permite fazer os mesmos contornos ilustrados pela cor preta (Figura 2B). Além disso, os usos pecuária e tabaco, representados por pontos na figura 2A foram ilustrados com botões pequenos no mapa tátil. Para diferenciar as informações pontuais o uso da terra com pecuária foi ilustrado com botão recoberto com papel crepom. Uma outra adaptação consistiu na representação da cana-de-açúcar sobreposta a textura que representa a área de exploração do pau-brasil. Esta última adaptação foi necessária porque os polígonos que representam o monocultivo ocupava uma área pequena e que dificultava a leitura com o tato. Por isso, a estratégia de sobrepor.

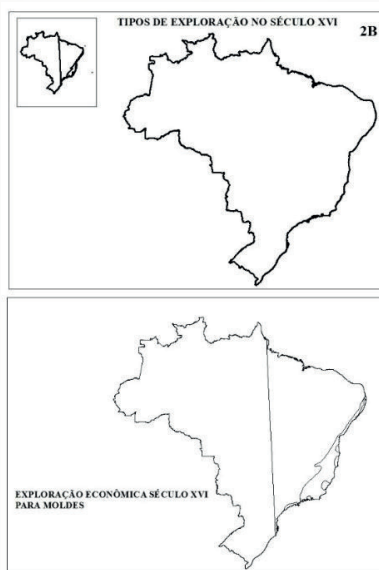
Figuras 2A, 2B e 2C – O Brasil no século XVI

Tratado de Tordesilhas e os diferentes usos da terra no século XVI



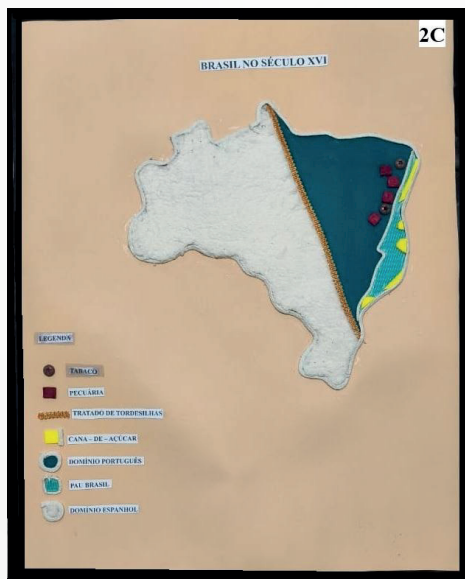
Fonte: Adas e Adas (2022)

Versão vetorizada



Fonte: Silva (2025).

Versão tátil



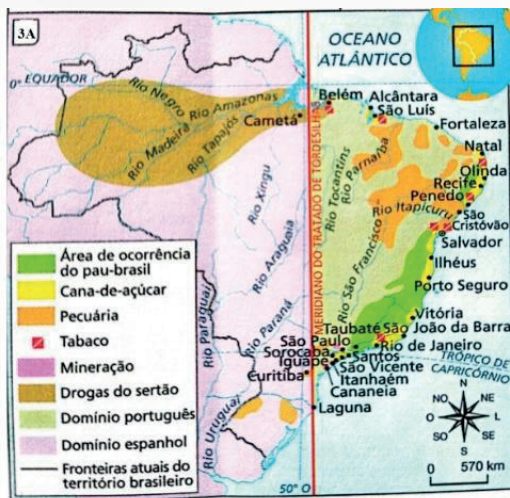
Fonte: Silva (2025).

No século XVII a economia do Brasil foi diversificada (Figura 3A). Visto que as áreas de exploração com cana-de-açúcar e tabaco foram ampliadas

na região litorânea. Ademais, a pecuária teve um crescimento substancial pelo interior do Nordeste, no contexto das bacias hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba. Por outro lado, ocorreu a descoberta de pedras preciosas na atual Minas Gerais (Guaracy, 2025).

Figuras 3A, 32B e 3C – O Brasil no século XVII

Tipos de exploração no século XVII



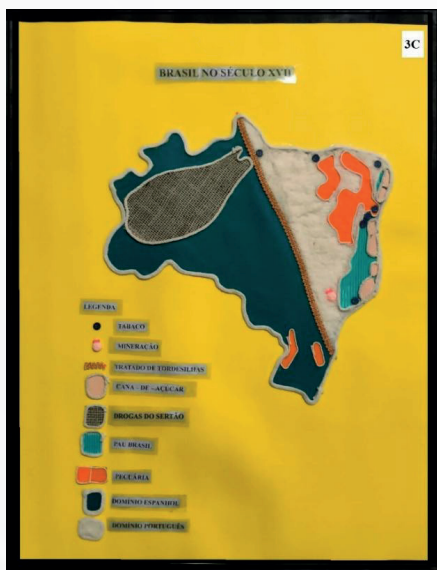
Fonte: Adas e Adas (2022)

Versão vetorizada



Fonte: a autora (2025)

Versão tátil



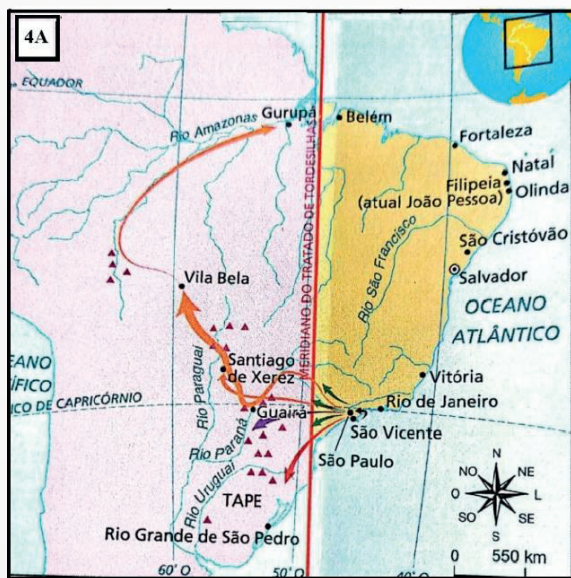
Fonte: a autora (2025)

Adicionalmente, nesse período Portugal expandiu a sua presença para a área, inicialmente definida como de domínio espanhol (Figura 3A), e passa a explorar as chamadas Drogas do Sertão. Nesse cenário, o domínio português ampliou suas fronteiras (Figura 3B) a partir do século XVII (Pompeu, 2024).

A representação tátil da exploração econômica no século XVII (Figura 3C) exigiu a manutenção do uso de botões para representar áreas com dimensões pontuais, a exemplo da exploração do tabaco e da mineração em Minas Gerais. Por outro lado, o monocultivo da cana-de-açúcar já apresentava áreas maiores e, por isso, facilitou a leitura de seus polígonos representativos com o uso do tato.

Figuras 4A, 4B e 4C– O Brasil no século XVII

Tipos de Bandeirismo no século XVII



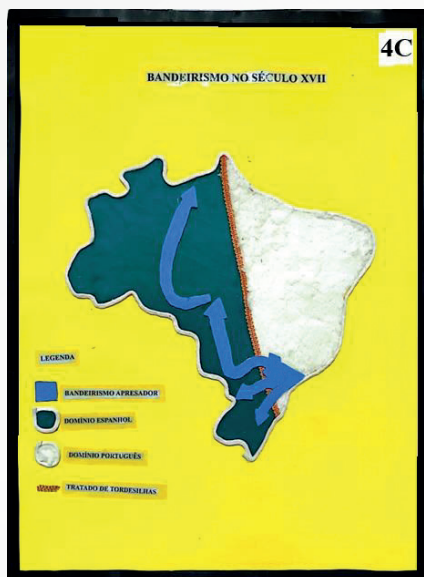
Fonte: Adas e Adas (2022)

Versão vetorizada



Fonte: a autora (2025)

Versão tátil



Fonte: a autora (2025)

Os movimentos bandeirantes, no século XVII, constituíam-se em grupos armados que viajavam pelo interior do território brasileiro, buscando aprisionar indígenas para trabalhar como escravizados nas atividades econômicas do atual estado de São Paulo (Monteiro, 2022). Esses movimentos, que ficaram conhecidos como bandeirismo apresador, cruzaram o limite da área de Domínio Português (Figuras 4A, 4B e 4C), passando por territórios da atual Região Centro-Oeste e chegando até Gurupá (no baixo curso do Rio Amazonas).

No século XVIII os movimentos bandeirantes (Figuras 5A, 5B e 5C) passam a sair em busca de pedras preciosas e, ao mesmo tempo, combatendo os povos indígenas que residiam e resistiam em Minas. Neste contexto, Silva (2024) salienta que durante essas disputas muitos grupos indígenas foram exterminados. Essas disputas foram, inclusive, financiadas pela Coroa Portuguesa através da construção de fortificações e presídios para extinguir as ameaças à atividade mineradora (Ribeiro, 2022). Um terceiro movimento bandeirante denominado sertanismo apresador (Figura 5A) surgiu no século XVIII. Esse movimento consistiu na contratação de bandeirantes para prestar serviços aos senhores escravocratas da Bahia e

Pernambuco. E, tinham como principal objetivo capturar pessoas escravizadas que tinham conseguido fugir dos seus cativeiros.

A adaptação dos mapas sobre os bandeirismos nos séculos XVII (Figura 4A) e XVIII (5A) foram feitas com ajustes significativos do ponto de vista cartográfico. Esses ajustes eram necessários porque nos mapas originais os percursos executados pelas bandeiras eram representados por setas muito finas que lembravam um contorno em formato de linha curvada (Figuras 4A e 5A). No entanto, para transformar as setas numa largura que permitisse a leitura pelo tato se fez necessário utilizar um exagero cartográfico na representação das bandeiras. Desse modo, nos mapas táteis as bandeiras são representadas suavizando as curvas e ampliando a largura das setas. Por isso, a proporcionalidade das feições nesses dois mapas táteis precisaram ser redimensionadas para facilitar a comunicação tátil.

Figuras 5A, 5B e 5C- O Brasil no século XVIII

Tipos de Bandeirismo no século XVIII



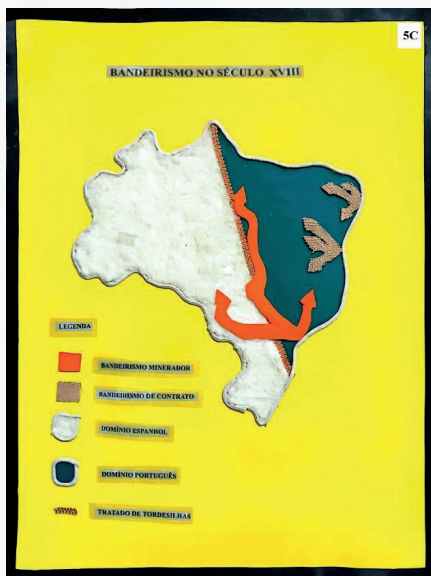
Fonte: Adas e Adas (2022)

Versão vetorizada



Fonte: a autora (2025)

Versão tátil



Fonte: Silva (2025).

Com a descoberta de pedras preciosas no século XVII, os investimentos da Coroa Portuguesa (Ribeiro, 2022; Silva, 2024) e o início do Ciclo do Ouro no país a interiorização das atividades econômicas dinamizaram a exploração do território (Figura 6A). Ademais, os diferentes usos da terra apareceram, muitas vezes, sobrepostos (Figura 6B). E, essa diversidade de polígonos na figura 6B demandou que algumas áreas com cana-de-açúcar no estado de São Paulo fossem unidas no mapa tátil para que permitisse a leitura através do tato. Visto que no tamanho real (Figura 6B) não permitia espaço suficiente para leitura com o tato na figura 6C.

No século XIX a economia do país continua sendo diversificada no fornecimento de produtos ligados ao setor primário da economia. Nesse contexto, na Região Norte, por volta de 1850, começa o ciclo da borracha que vai produzir matéria - prima para abastecer indústrias dos países industrializados (Rocha, 2025). No Nordeste, notadamente Agreste e Sertão, é ampliada as áreas com pecuária e incorporado o cultivo do algodão. Nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste as áreas de mineração e café têm crescimento considerável. No sul da Bahia passou a ser cultivado o cultivo do cacau (Figuras 7A, 7B e 7C).

Figuras 6A, 6B e 6C – O Brasil no século XVIII

Tipos de Bandeirismo no século XVIII



Fonte: Adas e Adas (2022)

Versão vetorizada



Fonte: a autora (2025)

Versão tátil



Fonte: Silva (2025)

Do ponto de vista da adaptação para o formato tátil o mapa que representa o século XIX foi aquele que demonstrou maior dificuldade para ser elaborado. Essa dificuldade foi percebida devido ao tamanho dos diferentes polígonos de uso da terra. Portanto, quanto mais diverso é uso

Na fase de apresentação dos mapas táteis para pessoas cegas e de baixa visão surgiram alguns questionamentos e/ou dificuldades em compreender o que estava sendo representado. No mapa 1C que representa o **Espaço Geográfico antes da Colonização** as áreas com maiores dificuldades foram as áreas representadas pela cultura marajoara, representada no mapa com botões na cor vermelha. A dificuldade foi relatada pelo tipo de botão que tem espaço para costura na base, escondido e invisível, não facilitou a diferenciação.

Uma outra dificuldade apontada consistiu na leitura do mapa circunscrito (Figura 7C). Pois, a técnica de deixar o limite da superfície circunscrito e sem preenchimento para facilitar a leitura da informação cartográfica nos mapas tradicionais não se configurou em uma boa estratégia para a linguagem tátil. Neste contexto, quando foi apresentado a Figura 7C para as pessoas cegas, elas tiveram dificuldade em perceber o limite entre a parte interna e externa do recorte espacial com o perímetro representado por linha e sem o preenchimento sólido de outra textura. Logo, por mais desafiador que seja elaborar um mapa tátil é sempre importante considerar a representação com preenchimento sólido circunscrito.

Existe uma sensibilidade da comunicação tátil na explicação dos elementos cartográficos. Onde a sobreposição da textura no mapa também precisa ser sobreposta na legenda como ilustrado nos mapas sobre os bandeirantes (Figuras 4C e 5C).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A simplificação cartográfica que dimensiona o tamanho mínimo para representar uma feição do mundo real num mapa tradicional precisa ser repensada na construção de um mapa tátil. Pois, o tratamento matemático no domínio escalar num mapa tradicional, pensado para usuários com visão, exige que a superfície seja facilmente identificada como polígono facilmente perceptível. No entanto, na perspectiva da linguagem tátil o tamanho da superfície mínima mapeável está condicionada a espessura,

com largura suficiente para deslizar o dedo, facilmente distinguível. Mas, o que seria essa espessura mínima representada? Depende também da largura do tato do/da usuário.

A variabilidade da quantidade de cola utilizada na mesma textura tem implicações na leitura através do tato. Sobretudo, porque as pessoas que utilizam o tato para ler tendem a ter maior sensibilidade.

A representação de recortes espaciais quando quer dá ênfase as informações menores e essenciais, as vezes utiliza-se o limite do recorte espacial circunscrito e sem preenchimento sólido. Porém, esse mesmo recurso não facilita a compreensão na linguagem tátil e gera confusão para adolescentes e adultos cegos. Neste contexto, é importante verificar em pesquisas posteriores se essa dificuldade da leitura de trabalhos circunscritos é restrita ao grupo que teve acesso aos mapas desse trabalho.

REFERÊNCIAS

ADAS, M.; ADAS, S. **Expedições Geográficas**, 4ª edição, 7º Ano do Ensino Médio. Manual do Professor. São Paulo: Editora Moderna, 2022, 272p.

AFONSO, M. C. Arqueologia dos sambaquis no litoral de São Paulo: análise da distribuição dos sítios e cronologia. In: **Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas**, vol. 17, nº 30, 2017, p.203-227. Disponível em: < <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/1766/149> >. Acessado em 16/08/2025.

BRASIL.. Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Edição 57. Brasília/DF: Edições Câmara, 2021.

CARVALHO, M. C.; TEODORO, R. M. O. A formação territorial do Brasil e a presença indígena no Rio de Janeiro: uma contribuição à leitura geográfica do Brasil. In: **VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos**, São Paulo/SP: AGB, 2024. 17p. Disponível em: <https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1727731522_ARQUIVO_e9bd3bd8b35e7a5cff9d5ed17b-97cea4.pdf>. Acessado em 16/05/2025.

CROSSA, A. N. B. 2023. **Sinais antropogênicos em sítios areníticos e calcários no vale do Ribeira e na bacia do rio Corumbataí, SP, Brasil: uma abordagem**

gearqueológica. 2023. Tese. (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2023, 500p.

GUARACY, T. **A exploração do Brasil 1700-1800: como a descoberta de ouro por um prisioneiro azarado, um padre e um assassino consolidou a colônia, salvou a monarquia e atrasou o futuro do Brasil e Portugal.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2025

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorialidade(s) colonial na América Latina.** Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf>. Acessado em: 16/05/2025.

Fundação Getúlio Vargas – FGV. **Atlas Histórico do Brasil: Brasil 500 anos.** FGV, 1998. Disponível em: < <https://atlas.fgv.br/mapas/populacoes-americanas/terra-brasileira-antes-da-conquista> >. Acessado em: 10/04/2025.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil.** São Paulo/SP: EDUSP, 2007, 304p.

MONTEIRO, J. M. **Negros da terra índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022, 382p.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Resolução 217 A III. 1948. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> >. Acessado em: 14/05/2025.

PARMÉRA, T. C. C. **O paleoclima do Holoceno na região de influência do Sistema de Monções da América do Sul e o potencial uso dos isótopos de Sr em conchas de sambaquis como indicador climático.** 2020. Tese (Doutorado). Faculdade de Geologia. Centro de Tecnologia e Ciências. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ, 2020, 420p.

POMPEU, A. Disputa pelo sertão colonial de uma Amazônia ibérica: o caso das drogas do sertão (séculos XVII e XVIII). In: **Fronteiras de la Historia**, vol. 29, nº02. 2024, p.92-117.

RIBEIRO, N. B. **Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do ouro no século XVIII.** São Paulo: editora Dialética. 2022. 436p.

RITA, K. A.; ALIEVI, A. A. Cartografia tátil no ensino de Geografia: uma proposta metodológica de trabalho com materiais didáticos inclusivos. In: **Revista Geografia em Atos**, vol. 09, nº 01. UNESP/SP: Presidente Prudente/SP. 2025.

ROCHA, R.S. Colonialismo e desenvolvimento na Amazônia: do apogeu ao declínio do ciclo da borracha (2750-1946). In: **Primeiros Estudos - Revista de Ciências Sociais**, vol. 12, 2025, 14p.

SILVA, S. A. N. **Nos primórdios do centro oeste mineiro: a expansão das fronteiras no Alto São Francisco Setecentista-espaço e tempo em diálogo**. 2020. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de São José Del-Rei. São José Del-Rei/MG, 2024

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. In: **World Conference on Special Needs Education: Access and Quality**. Salamanca, 1994, 4p. Disponível em: < <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>>. Acessado em: 14/05/2025.